

## OS GRANDES EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS E AS TRANSFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E RURAL-URBANO: ENTRE URBANIDADES E RURALIDADES NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA – PE

**Clélio Cristiano dos Santos<sup>1</sup>**

Universidade de Pernambuco (UPE)  
Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL)  
Garanhuns, PE, Brasil

**Edvânia Torres Aguiar Gomes<sup>2</sup>**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
Recife, PE, Brasil

**Maria do Carmo Martins Sobral<sup>3</sup>**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
Recife, PE, Brasil

Enviado em 9 jan. 2021 | Aceito em 19 set. 2021

**Resumo:** No Brasil, o acelerado processo de industrialização desencadeou uma série de investimentos em infraestrutura e os grandes empreendimentos hidrelétricos (GEH) foram considerados indispensáveis e tecnicamente os mais adequados para atender as demandas por energia elétrica. No Semiárido, os vales úmidos do submédio São Francisco vivenciaram, de forma pioneira, a inserção de GEH e a difusão da agricultura científica que desencadearam transformações na organização socioespacial dos municípios. Inse-se, assim, o município de Petrolândia - PE, localizado no submédio São Francisco, que em 1988 teve uma parte do seu território alagado pelas águas do reservatório de Itaparica. Analisou-se as transformações socioterritoriais desencadeadas pelos grandes empreendimentos hidrelétricos sobre as relações campo-cidade e rural-urbano na escala municipal da Região Semiárida, através do estudo de urbanidades e de ruralidades. Partiu-se de uma abordagem crítica, embasada no materialismo histórico dialético, através de uma pesquisa explicativa de natureza quali-quantitativa. Os métodos procedimentais histórico, comparativo, estatístico, espacial e o estudo de caso, associados à pesquisa bibliográfica e documental, à aplicação de formulários, à realização de entrevistas informais e de registros fotográficos possibilitaram apreender o tema em estudo. Constatou-se que a construção da Usina Itaparica desencadeou as maiores transformações socioespaciais nos municípios sob sua área de influência, em especial no município de Petrolândia. As relações campo-cidade se intensificaram, em razão do aumento dos fluxos de pessoas, mercadorias e capital entre esses espaços, que, apesar de distintos e até antagônicos, estabelecem complexas relações que se dão de maneira interdependente e complementar, cujos conteúdos sociais, rural e urbano, extrapolam possíveis limites territoriais de abrangência, fazendo emergir ruralidades e urbanidades tanto no campo quanto na cidade.

**Palavras-chave:** Espaço híbrido. Urbanização. Semiárido. Hidrelétricas. Itaparica.

---

1. Professor Adjunto dos Cursos de Geografia da Universidade de Pernambuco – UPE e da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente – UFPE. Rua Capitão Pedro Rodrigues, 105, São José, Garanhuns - PE, Brasil, 55294902. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3554-4115>. E-mail: [clesantos@yahoo.com](mailto:clesantos@yahoo.com)

2. Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  
Doutorado em Geografia Humana – USP. Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE, Brasil, 50670-901. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0865-4805>. E-mail: [edvaniatorresaguiar@hotmail.com](mailto:edvaniatorresaguiar@hotmail.com)

3. Professora Titular do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE  
Doutorado em Planejamento Ambiental – TU Berlin. Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE, Brasil, 50670-901. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8945-1606>. E-mail: [mariadocarmo.sobral@gmail.com](mailto:mariadocarmo.sobral@gmail.com)

## LARGE HYDROELECTRIC PROJECTS AND THE TRANSFORMATION OF COUNTRYSIDE-CITY AND RURAL-URBAN RELATIONS: BETWEEN URBANITIES AND RURALITIES IN THE MUNICIPALITY OF PETROLÂNDIA - PE

**Abstract:** In Brazil, the accelerated industrialization process triggered a series of investments in infrastructure and large hydroelectric projects (LHP) were considered indispensable and technically the most appropriate to meet the demands for electricity. In the Semiárido, the humid valleys of the sub-medium São Francisco pioneered the insertion of LHP and the spread of scientific agriculture that triggered transformations in the socio-spatial organization of the municipalities. Thus, the municipality of Petrolândia - PE is inserted, located in the sub-medium São Francisco, that in 1988 had a part of its territory flooded by the waters of Itaparica reservoir. Analyzed the socio-territorial transformations triggered by the large hydroelectric projects about the countryside-city and rural-urban relations at the municipal scale of the Semiarid Region, through the study of urbanities and ruralities. It started from a critical approach, based on dialectical historical materialism, through an explanatory research of quali-quantitative nature. The procedural methods historical, comparative, statistical, spatial and case study associated with bibliographic and documentary research, the application of forms, the conduction of informal interviews and photographic records made it possible to grasp the subject under study. It was found that the construction of the Itaparica Plant triggered the largest socio-spatial transformations in the municipalities under its area of influence, especially in the municipality of Petrolândia. The countryside-city relations intensified, due to the increase in the flow of people, goods and capital between these spaces, which, although distinct and even antagonistic, establish complex relationships that occur in an interdependent and complementary way, whose social, rural and urban contents, extrapolate possible territorial limits of coverage, giving rise to ruralities and urbanities in both the countryside and in the city.

**Keywords:** Hybrid space. Urbanization. Semiarid. Hydroelectric plants. Itaparica.

## LOS GRANDES DESARROLLOS HIDROELÉCTRICOS Y LA TRANSFORMACIÓN DE LAS RELACIONES CAMPO-CIUDAD Y RURAL-URBAN: ENTRE URBANIDADES Y RURALIDADES EN EL MUNICIPIO DE PETROLÂNDIA - PE

**Resumen:** En Brasil, el proceso de industrialización acelerada desencadenó una serie de inversiones en infraestructura y los grandes proyectos hidroeléctricos (GEH) fueron considerados indispensables y técnicamente los más adecuados para satisfacer las demandas de energía eléctrica. En el semiárido, los valles húmedos del submedio São Francisco vivieron, de manera pionera, la inserción de la GEH y la difusión de la agricultura científica que desencadenó transformaciones en la organización socioespacial de los municipios. Así, se incluye el municipio de Petrolândia - PE, ubicado en el submedio São Francisco, que en 1988 tuvo parte de su territorio inundado por las aguas del embalse de Itaparica. Las transformaciones socio-territoriales desencadenadas por los grandes proyectos hidroeléctricos fueron analizadas sobre las relaciones campo-ciudad y rural-urbano a escala municipal de la Región Semiárida, a través del estudio de urbanidades y ruralidades. Partió de un enfoque crítico, basado en el materialismo histórico dialéctico, a través de una investigación explicativa de carácter cuali-quantitativo. Los métodos procedimentales históricos, comparativos, estadísticos, espaciales y de estudio de casos, asociados a la investigación bibliográfica y documental, aplicación de formularios, entrevistas informales y registros fotográficos permitieron aprehender el tema en estudio. Se encontró que la construcción de Usina Itaparica desencadenó las mayores transformaciones socioespaciales en los municipios bajo su área de influencia, especialmente en el municipio de Petrolândia. Las relaciones campo-ciudad se han intensificado, debido al incremento del flujo de personas, bienes y capitales entre estos espacios, que a pesar de ser distintos e incluso antagónicos, establecen relaciones complejas que se dan de manera interdependiente y complementaria, cuyo contenido social, rural y urbano, extrapolan los posibles límites territoriales de cobertura, provocando el surgimiento de ruralidades y urbanidades tanto en el campo como en la ciudad.

**Palabras clave:** Espacio híbrido. Urbanización. Semi árido. Hidroeléctrico. Itaparica.



## Introdução

A história das relações entre sociedade e natureza é a da substituição de um meio natural, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, um meio sucessivamente instrumentalizado pela sociedade. A sociedade está em constante movimento e a realidade se apresenta dinâmica, complexa e pautada em relações dialéticas que transformam o espaço. Compreende-se, assim, o espaço geográfico como "(...) um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações (...)" (SANTOS, 2009, p. 63).

No atual período histórico, o meio técnico-científico-informacional, há uma profunda interação da ciência e da técnica, sob a égide do mercado que se torna global. Para Santos (2009, p. 238), “(...) a ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato”.

No Brasil, a partir dos anos 1970, em razão dos avanços da técnica e de sua expansão no espaço geográfico, a dinâmica socioespacial vem se tornando cada vez mais complexa, dificultando a distinção entre rural e urbano. Impõem-se remodelações tanto no meio rural quanto no meio urbano, mudam a composição técnica do território, pelos maciços aportes de investimentos em infraestruturas, e a composição orgânica do território, em razão da cibernética, das biotecnologias, das novas químicas, da informática e da eletrônica (SANTOS, 2009).

A constante modernização e tecnicização da agricultura aproximam o campo da cidade, pois os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornam mais numerosos e fortes. Também se verificam profundas transformações na dinâmica de ocupação do território, impulsionadas pelo processo de industrialização e pelo expressivo processo de urbanização. A urbanização se interioriza, desencadeando inúmeras transformações nas áreas mais remotas do país. Isto se refletiu na organização do território brasileiro e na sua dinâmica demográfica. Campo e Cidade “(...) são modificados pelas relações entre fixos e fluxos que se estabelecem em diferentes escalas e com a inserção de novas técnicas e tecnologia, como também novas funções, porém com resistências e permanências” (MACHADO; ALBUQUERQUE, 2016, p. 115).

No Brasil, a delimitação de espaços urbanos e rurais ocorre por meio de legislação específica e o seu estabelecimento tem implicações no controle do território. O marco legal dessa diferenciação é o Decreto Lei nº 311 de 02 de março de 1938, que dispõe sobre a divisão territorial do Brasil. A partir de uma definição político-administrativa, todos os distritos-sede de municípios passaram a ser classificados como cidades, enquanto as vilas seriam todas as sedes de distritos. Ao passo que o espaço rural corresponderia a todas as áreas que não fossem enquadradas como urbanas.

No tocante aos conceitos de cidade, campo, urbano e rural, a compreensão dos seus significados exige a incorporação da perspectiva histórica. Ressalta-se que não se pretende conceituar ou apresentar definições e delimitações estanques, mas apresentar reflexões teóricas que contribuam para o entendimento das transformações socioespaciais que ocorreram no território brasileiro.

A separação e a distinção entre campo e cidade, tradicionalmente, foram pautadas no critério econômico. O campo e o rural foram associados às atividades agrícolas, ao isolamento, à dispersão e ao atraso, enquanto que a cidade e o urbano foram associados, contraditoriamente, às atividades comerciais, industriais e de serviços, à aglomeração e à modernidade (ARAÚJO; SOARES, 2009). Essa abordagem ressalta as principais diferenças do espaço rural em relação ao espaço urbano, que constituem um alicerce para a formulação de conceituações dicotômicas entre o rural e o urbano.

Todavia, a partir das transformações socioespaciais decorrentes da reprodução do capital, que intensificou a interação estabelecida entre o campo e a cidade, emergiram estudos que, em contraposição às antagônicas análises sobre o rural e o urbano, passaram a abordar uma ideia de homogeneização desses espaços, marcada por um gradativo estágio de passagem da realidade rural para a urbana. “Em uma visão urbanocêntrica, o urbano dominaria completamente o rural, tornando-o um espaço residual. As fronteiras existentes entre o campo e a cidade seriam suprimidas, constituindo um *continuum*, marcado pela homogeneização dos espaços” (ARAÚJO; SOARES, 2009, p. 216).

Numa outra perspectiva, ressalta-se a necessidade de se analisar as transformações no espaço rural sem associar o desenvolvimento rural ao processo de urbanização. Considera-se que o

*continnum* rural-urbano aproximou o campo e a cidade, mas as particularidades dos polos urbano e rural, apesar das semelhanças entre os dois extremos, não são destruídas na relação que estabelecem entre si e, assim, não representam o fim do rural. Nessa abordagem, através da ideia de “novas ruralidades”, a presença de elementos e práticas urbanas no universo rural é apenas uma manifestação do processo de globalização, que não destrói as condições de vida do mundo rural.

No bojo dessas discussões, sobre as análises estarem centradas na cidade e no urbano ou no campo e nas especificidades do rural, RUA (2005) apresenta a noção de “urbanidades no rural”, uma proposta que busca dialogar com a complexidade das interações urbano-rurais que marcam as transformações vivenciadas pelo rural atualmente. “As ‘urbanidades no rural’ seriam todas as manifestações do urbano em áreas rurais sem que se tratem esses espaços formalmente como urbanos” (RUA, 2005, p. 57).

Para RUA (2005), o rural é um espaço incorporado/incorporador ao/do processo de urbanização, integrado ao urbano, mas guardando especificidades. É essa interação estabelecida entre o rural e o urbano que possibilita a presença de urbanidades no campo, não podendo ser interpretadas apenas como novas ruralidades, mas sim, como a presença do urbano no campo, sem que as marcas de cada espacialidade sejam perdidas.

A partir de uma abordagem territorial, “(...) desenham-se múltiplas espacialidades/territorialidades (híbridas de urbano e rural, numa integração multiescalar), que marcam o momento atual de (re)significação do rural e da natureza” (RUA, 2005, p. 53). A ênfase das análises recai sobre as particularidades e as singularidades que marcam tanto o rural quanto o urbano, isto é, o urbano e o rural se mesclam a partir das territorialidades. Reconhece-se que os agentes sociais presentes nesses dois espaços, vivenciam e produzem múltiplas territorialidades por meio das diferentes escalas de ação (local/regional/global), marcando o surgimento de espaços híbridos, inovadores, frutos da interação entre o urbano e o rural.

É possível rever o rural em sua inerente multiplicidade, considerando-o como uma variedade de híbridos, que atualmente não mais permite a percepção pura da distinção entre o rural e o urbano, fundindo o rural e o urbano em uma única espacialidade (RUA, 2005). O urbano, por seu turno, embora disperso pelo território, não pode dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia. A vida urbana, a sociedade urbana ou em uma única palavra, o urbano, corresponde à morfologia social, uma realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento (LEFEBVRE, 2001). Revela-se, assim, o caráter híbrido do território, no qual o rural interage com o urbano, mas sem deixar de ser rural. O rural se transforma, mas não é extinto. O espaço híbrido que resulta dessas interações, não é o urbano ruralizado nem um rural urbanizado.

Nesse âmbito, entende-se que a complexidade inerente ao rural e ao urbano deve ser compreendida através de uma abordagem territorial, buscando abranger a materialidade e a imaterialidade presentes no espaço e no cotidiano das pessoas.

As diferenças e similitudes, as oposições e as complementaridades, as particularidades e as generalidades do campo e da cidade expressas em seus conteúdos rurais e urbanos materializam-se espacialmente, mas também se manifestam simbolicamente nos habitantes destes espaços (BATISTA, 2015, p. 116).

Campo e cidade, rural e urbano constituem pares dialéticos que, embora apresentem conteúdo social e histórico específicos, devem ser compreendidos historicamente enquanto totalidade do modo de produção capitalista. Constata-se que apesar das articulações entre cidade e campo terem se intensificado no atual período histórico, esses espaços continuam apresentando características

que lhes são específicas, particulares, como fragmentos do espaço geográfico (SANTOS, 2019; BEZERRA; SILVA, 2018; SOUZA, et al., 2017).

Nesse sentido, considera-se campo e cidade, sinônimos respectivamente de espaço rural e espaço urbano, como formas espaciais produzidas por relações sociais, cujos conteúdos rural e urbano constituem as relações sociais que configuram o modo de vida específico para cada espaço, isto é, os conteúdos que dão vida a essas formas. Entretanto, esses conteúdos podem extrapolar os limites dos seus espaços de origem, manifestando urbanidades e ruralidades que se combinam em cada um desses espaços.

Destaca-se a influência da mídia e de agentes interessados no rural como mercadoria, vendendo a ideia de rural como natureza e como espaço de vida mais saudável. Neste sentido, a população urbana apresenta ruralidades ligadas, sobretudo, ao seu interesse por um rural idealizado. Quanto à população rural, além dela possuir suas ruralidades, que se modificam a partir das relações que estabelecem com as técnicas e com o urbano, ela também apresenta urbanidades fortemente influenciadas pela mídia, isto é, na incorporação de valores urbanos pela população rural, seja por meio da televisão, do *marketing* e da *internet* (MOREIRA SANTOS, 2017; RUA, 2005).

Diante disso, Candiotto e Corrêa (2008) entendem que as ruralidades e as urbanidades são decorrentes tanto do material, como dos objetos técnicos característicos do urbano ou do rural, quanto dos valores subjetivos em relação ao que caracteriza o urbano e o rural. Eles destacam a diferença entre a territorialidade sociocultural/identitária (vinculada às relações sociais de um indivíduo e ao sentimento de pertencimento a um grupo ou espaço) e a territorialidade econômica e política, que corresponderia à área de influência/atuação de um indivíduo, grupo ou firma.

No âmbito dessas discussões, a expansão capitalista no campo vem transformando, de forma seletiva, os tradicionais espaços rurais nordestinos, em especial a Região Semiárida. Os vales úmidos do submédio São Francisco vivenciaram, de forma pioneira, a difusão da agricultura científica associada à inserção de grandes empreendimentos hidrelétricos que desencadearam grandes transformações na organização socioespacial dos municípios nordestinos.

O Brasil, em meados da década de 1950, iniciou um acelerado processo de industrialização que demandava grandes investimentos em infraestrutura básica voltada para embasar o crescimento da indústria nacional. Surgiram, então, políticas setoriais e planos de investimentos como os grandes projetos que comportavam empreendimentos de grande porte, concebidos tanto com o propósito de implementar a infraestrutura necessária à industrialização como para difundir o desenvolvimento nas regiões em que foram instalados.

Aproveitando o potencial hídrico do rio São Francisco, a concepção e a implementação de grandes usinas hidrelétricas no Semiárido ficaram a cargo da Companhia Hidro Elétrica do Rio São Francisco (Chesf), constituída em 1945, e cujo objetivo principal pressupunha o desenvolvimento regional da bacia do rio São Francisco com produção energética. Considerados verdadeiros enclaves, por se caracterizarem como processos exógenos aos interesses da região, a implantação desses grandes empreendimentos hidrelétricos desencadeou significativas transformações socioespaciais ao longo do curso do rio, cujas consequências são sentidas direta ou indiretamente pelas sociedades locais atingidas, quer seja no campo ou na cidade. As ações desses grandes projetos reforçaram as tradicionais desigualdades que caracterizam o Semiárido, haja vista que a implantação desses empreendimentos não contemplava as populações locais, estando voltada, sobretudo, para atender aos interesses de grupos econômicos e políticos que buscam manter o seu poder hegemônico na região.

Diante do exposto, observa-se que o estudo da relação campo-cidade na Região Semiárida ganhou uma nova complexidade com a implantação, em meados do século XX, de grandes usinas

hidrelétricas, que, no âmbito da revolução técnico-científica, intensificaram os processos de urbanização e industrialização, promovendo o desenvolvimento do capitalismo no campo e a conseqüente modernização da agricultura. Um processo que vem reconfigurando os tradicionais espaços rurais do Semiárido impondo-lhes uma nova dinâmica, ao diversificar os serviços urbanos e intensificar os fluxos de transportes e comunicações, reestruturando as interações dos espaços rurais com os espaços urbanos.

É nesse contexto que se insere o local de estudo empírico dessa pesquisa, o município de Petrolândia - PE, localizado às margens do Rio São Francisco, no Sertão de Pernambuco. Petrolândia, em 1988, teve parte do seu território alagado, em razão da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, atual Luiz Gonzaga. E como medida compensatória às perdas que seriam submetidas à população e à base econômica local, a sede do município foi reconstruída de forma planejada pela Chesf e no espaço rural foram implantados três perímetros de irrigação, Apolônio Sales, Barreiras – Bloco 1 e Icó-Mandantes – Blocos 3 e 4, nos quais, a exceção do Projeto Apolônio Sales, onde as famílias residem nos próprios lotes, foram edificados 18 blocos de Agrovilas<sup>4</sup> para abrigar a população reassentada (SANTOS, 2019; OLIVEIRA; SANTOS; SOUZA, 2016).

Essa nova dimensão do urbano e do rural, isto é, das relações sociais, econômicas, políticas e culturais estabelecidas entre o campo e a cidade, exige a compreensão de que esses recortes territoriais devem ser pensados, enquanto totalidade, como espaços interdependentes e complementares. Esses novos relacionamentos retratam interdependências funcionais e espaciais e a necessidade de promover uma maior integração e complementaridade territorial. Essas relações possibilitam que o campo e a cidade não percam suas identidades social, econômica e cultural.

Diante disso, o objetivo da pesquisa é analisar as transformações socioterritoriais desencadeadas pelos Grandes Empreendimentos Hidrelétricos sobre as relações campo-cidade e rural-urbano na escala municipal da Região Semiárida, através do estudo de urbanidades e de ruralidades no município de Petrolândia - PE. Para tanto, busca-se, mais especificamente, apreender a atual dinâmica socioterritorial das relações campo-cidade e rural-urbano desse município e revelar as urbanidades e as ruralidades que caracterizam a dinâmica do território petrolandense.

## Procedimentos Metodológicos

A partir de uma abordagem crítica, a pesquisa se fundamentou nos princípios do materialismo histórico dialético. Quanto à natureza dos dados, trata-se de uma pesquisa qualiquanti, caracterizada pela necessidade de dados que possibilitam tanto uma análise estandardizada da realidade, embasada em dados estatísticos, quanto uma análise processual, descritiva e discursiva.

Enquanto concepção filosófica, o materialismo aponta a matéria como substância primeira e última de qualquer ser, coisa ou fenômeno do universo. A pesquisa para Marx tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima e só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real.

A princípio se desenvolveu uma pesquisa exploratória sobre o tema em estudo, "Relações Campo-Cidade e Rural-Urbano", destacando-se, a partir de um levantamento bibliográfico, os principais aspectos teóricos que fundamentam os conceitos de campo, cidade, urbano, rural e a teoria das "Ruralidades e Urbanidades". Concomitantemente, através de pesquisas descritiva e explicativa, com base em dados bibliográficos e documentais, buscou-se apreender os principais aspectos

---

<sup>4</sup> Das 18 Agrovilas construídas nos perímetros, apenas a Agrovila 6 do Bloco - 4 não está localizada no município de Petrolândia.

relacionados à inserção dos Grandes Empreendimentos Hidrelétricos na Região Semiárida, com destaque para a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaparica, atual Luiz Gonzaga.

Em outro momento, levantou-se dados secundários e primários, através de atividades de gabinete e de campo, com o intuito de apreender a atual dinâmica, o processo histórico e as ruralidades e as urbanidades que caracterizam a relação campo-cidade e rural-urbano na escala local. Para tanto, realizou-se visitas técnicas a órgãos públicos (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e a Prefeitura Municipal de Petrolândia – PE) e a instituições privadas (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia e Comerciantes Locais), nas quais se levantou dados estatísticos e documentais e se entrevistou representantes desses locais visitados. Visitou-se também os espaços urbano e rural do município de Petrolândia, com destaque para os perímetros irrigados de Apolônio Sales, Barreiras e Icó-Mandantes, nos quais se observou a dinâmica desses espaços, fez-se registros fotográficos, entrevistas informais e se aplicou formulários junto à população petrolandense.

A área de estudo foi visitada pela primeira vez no mês de abril de 2013, ocasião em que se realizou um levantamento exploratório da dinâmica socioespacial dos reassentamentos, através de entrevistas informais com moradores dos perímetros, pescadores, técnicos agrícolas, indígenas e sem-terra, no âmbito das oficinas de aplicação da metodologia de Análise de Constelação do Projeto INNOVATE<sup>5</sup> (SIEGMUND-SCHULTZE et al., 2018). Registre-se que as entrevistas foram realizadas de forma desestruturada, buscando-se obter uma visão geral do problema estudado.

Posteriormente, no mês de setembro de 2015, realizou-se uma nova visita ao município para observação e coleta de dados, ocasião em que foram realizados registros fotográficos e a aplicação de formulários junto à população urbana e rural de Petrolândia. Foram aplicados 45 formulários junto à população urbana e 42 formulários aos moradores dos perímetros irrigados. Optou-se por uma amostragem não probabilística, sem rigor matemático ou estatístico, com o intuito de apreender, de forma qualitativa, os principais aspectos relacionados aos objetivos específicos da pesquisa.

Os formulários foram aplicados, de forma aleatória, junto aos frequentadores do mercado público e do comércio da sede do município, abarcando, sobretudo, os moradores da cidade. Depois, nas visitas aos perímetros de irrigação, aplicou-se os formulários junto à população do campo. O conteúdo das informações coletadas através dos formulários e das entrevistas se encontram diluídos e incorporados às outras fontes de dados e materiais que integram o escopo analítico dessa pesquisa.

## Os Grandes Empreendimentos Hidrelétricos do São Francisco: concepção e implantação da Usina Hidrelétrica de Itaparica

O Governo Federal, em meio a um período de crise e de forte nacionalização e visando desenvolver projetos de grande envergadura, em 03 de outubro de 1945, através do Decreto – Lei nº 8.031, autorizou a organização da primeira empresa pública de eletricidade do país. Em 15 de março de 1948, o presidente Eurico Gaspar Dutra autorizou a criação da Hidro Elétrica do Rio São Francisco (Chesf). O Decreto nº 19.706 concedeu à Chesf, pelo prazo de 50 anos, licença para efetuar o progressivo aproveitamento industrial da energia hidráulica do São Francisco no trecho entre Juazeiro (BA) e Piranhas (AL), assim como autorização para fornecer energia elétrica aos

---

<sup>5</sup> A presente pesquisa se insere no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pelo projeto INNOVATE (Interação entre múltiplos usos da água de reservatórios por meio da conexão de ciclos inovadores em ecossistemas aquáticos e terrestres) que objetivava analisar a interação entre múltiplos usos da água de reservatórios em ecossistemas aquáticos e terrestres na Região do Semiárido.

concessionários de serviços públicos e realizar a distribuição direta de eletricidade para uma grande parte do Nordeste.

Em meados dos anos 1950, o Brasil passou por um acelerado processo de industrialização, que exigiu grandes investimentos em infraestrutura básica para auxiliar o crescimento da indústria nacional. Surgem, então, as políticas setoriais e os planos de investimentos, como os grandes projetos que comportavam empreendimentos de grande porte, a exemplo das hidrelétricas, e que foram elaborados como forma de implementar a infraestrutura necessária à industrialização e, também, como meio de levar o desenvolvimento às regiões em que foram instalados (BORTOLETO, 2001; DORILEO, 2018).

Nos anos 1970, fazia-se necessário expandir a oferta de energia elétrica e a construção de hidrelétrica foi amplamente estimulada pelo Estado. As grandes hidrelétricas foram consideradas indispensáveis e tecnicamente mais adequadas para a produção de energia elétrica, em razão da abundância dos recursos hídricos brasileiros que possibilitava um amplo aproveitamento hidrelétrico. Todavia, apesar desses grandes empreendimentos terem sido difundidos sob o prisma da modernização e do desenvolvimento, o que se constata são seus graves efeitos, desencadeando problemas sociais, econômicos e ambientais (SILVA; SILVA, 2011).

No âmbito dessas políticas voltadas para modernizar a região Semiárida, a Chesf edificou ao longo do curso do rio São Francisco 08 (oito) grandes usinas hidrelétricas, onde se encontram atualmente nove Usinas Hidrelétricas ao longo do curso desse rio, quais sejam: Complexo Paulo Afonso I (1949-1954), II (1955-1961), III (1966-1971), IV (1972-1979) e Moxotó (1971-1977), Sobradinho (1973-1979), Luiz Gonzaga (1979-1988), Xingó (1987-1994) e Três Marias (1957-1962), sendo esta última a única que não foi construída pela Chesf e não está localizada no Semiárido nordestino.

No tocante, especificamente, à construção da UHE Itaparica, as obras foram iniciadas em 1979, um processo marcado por uma série de protestos e paralisações, que só foi concluído em 1988, com o fechamento das comportas da barragem e o enchimento do lago do reservatório, ocupando uma área de 834 km<sup>2</sup>. As águas do Lago de Itaparica atingiram uma área de 150 km de extensão, abarcando, de forma diferenciada, o território dos municípios pernambucanos de Petrolândia, Floresta, Itacuruba e Belém do São Francisco e o território dos municípios baianos de Glória, Rodelas e Chorrochó. Nesse contexto, 05 (cinco) sedes municipais foram destruídas pelas águas, Petrolândia, Itacuruba, Rodelas, Barra do Tarrachil e Glória (CODEVASF, 2010).

Os impactos desse grande empreendimento envolveram a desapropriação da área de inundação e o reassentamento de populações rural e urbana, atingindo 10.500 famílias, das quais 4.600 residiam nos espaços urbanos e 5.900 nos espaços rurais desses municípios. Cerca de 40 mil pessoas foram atingidas pela construção da barragem, sendo 19 mil moradoras das cidades e 21 mil residentes no campo. E, considerando a população indiretamente atingida de todos os municípios, esse quantitativo salta para cerca de 120 mil pessoas (SANTOS, 2019; CODEVASF, 2010).

A UHE Itaparica, renomeada Luiz Gonzaga em 1989, em homenagem ao “rei do baião nordestino”, apresenta a particularidade de ter sido concebida no âmbito dos governos militares e a sua construção no período de reabertura política do País. Uma encruzilhada político-administrativa entre as práticas autoritárias dos órgãos executores das políticas públicas federais e o período de redemocratização que se instalara no país a partir de 1985 com a Nova República.

A partir da construção da UHE Luiz Gonzaga, o Governo Federal teve que lidar com uma realidade diferente, pois era preciso negociar com os representantes das populações a serem atingidas, em especial, com o movimento dos trabalhadores rurais da região a ser inundada. A Chesf

assumiu compromissos em relação às políticas de desenvolvimento e os seus desdobramentos, principalmente as suas implicações sociais.

Em 1979, os representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) dos municípios atingidos criaram o Polo Sindical dos Trabalhadores do Submédio São Francisco, reunindo 13 sindicatos e com sede em Petrolândia (SANTOS, 2019). O Polo promoveu uma série de ações coletivas, como manifestos de denúncias e concentrações nas obras, visando ampliar “[...] o movimento para que este se tornasse uma luta não só por justas indenizações, como também pela garantia da infraestrutura básica de produção, de moradia e, genericamente, pela reforma agrária” (SCOTT, 2009, p. 56).

A Chesf construiu, enquanto política compensatória, 10 perímetros irrigados para reassentar as famílias de agricultores das áreas afetadas. Em Pernambuco, foram construídos os perímetros de Caraíbas, Brígida, Icó-Mandantes (Blocos 3 e 4), Barreiras (Bloco 1 e Bloco 2), Manga de Baixo e Apolônio Sales. Na Bahia, foram edificadas os perímetros de Pedra Branca, Glória, Rodelas (R1, R2 e R3) e Jusante (CODEVASF, 2010).

O Plano de reassentamento também contemplou a remoção das populações urbanas afetadas para as novas cidades, dotadas de toda infraestrutura urbana moderna, a serem reconstruídas em outros sítios. Posteriormente, em parceria com os Governos Estaduais, foram elaborados, com a participação da população, os planos urbanísticos das novas cidades, incluindo além das residências, prédios públicos, igrejas, áreas verdes e de lazer, vias de circulação, iluminação pública e saneamento básico.

A Chesf contou com o financiamento do Banco Mundial (BIRD), o principal financiador das obras desses grandes empreendimentos hidrelétricos. O Banco Mundial condicionou o financiamento à adoção de políticas em que se considerasse a dimensão social dos impactos de grandes projetos. A UHE Itaparica se constituiu no primeiro empreendimento hidrelétrico no qual as famílias atingidas foram reassentadas em projetos de irrigação e não apenas indenizadas em dinheiro (SANTOS, 2019).

Nesse período, o país passou a estabelecer, de forma gradativa, uma série de mecanismos regulatórios, novos condicionantes para os processos decisórios acerca do planejamento espacial de usinas hidrelétricas. Assim, em atendimento à exigência legal de realização de estudos de impactos ambientais, desenvolveu-se em 1986, de forma pioneira no Nordeste, o estudo de impacto ambiental da UHE Itaparica.

Em 1986, teve início o processo de remoção das populações urbanas para os novos sítios. O remanejamento da população rural, por sua vez, iniciou-se em outubro de 1987 e se estendeu até as vésperas do dia previsto para o fechamento da barragem, em 22 de fevereiro de 1988. Todavia, em nenhum dos perímetros, o reassentamento das famílias nas agrovilas coincidiu com a retomada das atividades produtivas, haja vista que os equipamentos de irrigação não haviam sido instalados (SANTOS, 2019).

Os primeiros projetos só entraram em operação em 1993, seis anos depois do início do reassentamento das famílias nas Agrovilas. Um processo lento que se arrastou por mais 10 anos até que os demais perímetros, em diferentes períodos, entrassem em operação e começassem a produzir com agricultura irrigada.

É nesse contexto que a Chesf e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) formalizam um convênio em 1992, no qual a CODEVASF se comprometeu a prestar assessoria técnica à Chesf durante a implantação dos projetos de irrigação e assumir, a partir do quinto ano, a responsabilidade pela manutenção dos sistemas (VIANNA; MENEZES, 1994 apud SCOTT, 2009).

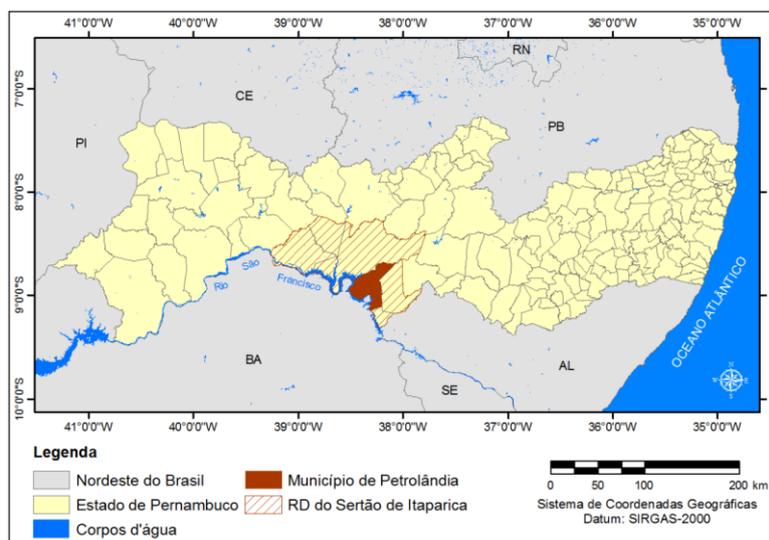
Em 1997 a CODEVASF assumiu a coordenação da assistência técnica e a manutenção dos sistemas de irrigação nos projetos. Ela passou a atuar, sistematicamente, para que os perímetros do sistema Itaparica desenvolvessem um processo de autogestão comercial, diferente do modelo de agricultura familiar implantado.

Diante do exposto, reitera-se a necessidade de refletir criticamente acerca das transformações socioterritoriais desencadeadas pelos grandes empreendimentos hidrelétricos sobre as relações campo-cidade e rural-urbano, haja vista a necessidade de apreender as especificidades da ação desses grandes equipamentos nas áreas diretamente ou indiretamente atingidas por esse espiral transformador.

### Relações Campo-Cidade e Rural-Urbano: entre urbanidades e ruralidades no município de Petrolândia – PE

O município de Petrolândia ocupa uma área de 1.056,60 km<sup>2</sup>, sendo constituído pelo seu distrito sede e por 17 povoados, as agrovilas dos perímetros irrigados. Petrolândia está localizado às margens do Rio São Francisco, no Sertão de Pernambuco, integrando respectivamente as Regiões Geográficas Intermediária e Imediata de Serra Talhada e a Região de Desenvolvimento (RD) do Sertão de Itaparica. Limita-se com os municípios de Floresta, Jatobá, Tacaratu e com o estado da Bahia. A distância da cidade de Petrolândia em relação à Recife, a capital do Estado, é de cerca de 420 km (Figura 1).

Figura 1 – Localização do Município de Petrolândia



Fonte: Organizado pelos autores, 2019

A atual sede do município, a cidade de Petrolândia, reconstruída de forma planejada e oficialmente entregue à população em 1987, localiza-se na porção sudeste do município e apresenta uma superfície territorial de aproximadamente 3,77 km<sup>2</sup>, sendo constituída de quadras de traçado ortogonal, divididas em 17 quadras residenciais, uma quadra de serviços e outra central (SANTOS; SOUZA; LIMA, 2016).

No final da década de 1990, registrou-se o surgimento do bairro “Nova Esperança”, numa área periférica da cidade, às margens da BR 316. Um bairro pobre, localizado fora da área planejada e

caracterizado pela necessidade de regularização fundiária, pelas condições precárias das moradias, pela falta de saneamento básico, pela ausência de calçamento nas ruas, pela falta de equipamentos públicos, entre outras carências. E em 2017, a Câmara de Vereadores de Petrolândia transformou o loteamento da COHAB, localizado ao lado do bairro Nova Esperança, no bairro “Alto da Conquista”.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Petrolândia apresentava em 2010 um total de 8.572 domicílios permanentes, sendo 6.305 urbanos e 2.267 rurais. O padrão habitacional predominante era a casa, representando 95% das moradias existentes no município. (IBGE, 2018).

O campo petrolandense é constituído por 1.579 estabelecimentos agropecuários, organizados em três perímetros irrigados, 17 blocos de agrovilas e em propriedades agropecuárias remanescentes. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, os estabelecimentos agropecuários de Petrolândia ocupam uma área total de 21,77 mil hectares, uma área média de 13 ha por estabelecimento.

A estrutura fundiária do município é composta, principalmente, de pequenas propriedades (menos de 10 ha), representando 87,7% dos estabelecimentos, muito embora a área ocupada corresponda a apenas 17% do total. As médias propriedades (entre 10 e 100 ha), por sua vez, constituem 10% dos estabelecimentos e respondem por 20% da área. As grandes propriedades (superior a 100 ha) respondem por apenas 2,3% do número de estabelecimentos, mas abrangem uma área de 63% do território petrolandense (IBGE, 2018).

Em Petrolândia, 75% dos estabelecimentos agropecuários são caracterizados pela agricultura familiar, ocupando 32% do território municipal. Esses estabelecimentos, considerando a classificação dos imóveis rurais<sup>6</sup> proposta pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), podem ser classificados, em sua maioria, como minifúndios (área inferior a 01 módulo fiscal), compreendendo 98% dos estabelecimentos e abrangendo 67% da área. As pequenas propriedades (área entre 01 e 04 módulos fiscais), por seu turno, representam apenas 2% dos estabelecimentos e ocupam 33% do território destinado à agricultura familiar. Revela-se, assim, a fragilidade da agricultura familiar em Petrolândia, haja vista a maioria dos agricultores ocuparem uma área inferior a um módulo fiscal de 55 ha, o que em tese constituiria a área mínima para que a unidade produtiva fosse economicamente viável nesse município.

Em relação aos perímetros irrigados, a Chesf implantou diferentes modelos de projetos de irrigação em Petrolândia, sendo dois Projetos de Borda de Lago, Icó-Mandantes e Barreiras Bloco 1, e um Projeto de Grupos Específicos, o Projeto Apolônio Sales, cuja principal diferença é o local de residência dos agricultores reassentados. Nos Projetos de Borda do Lago, o local de moradia são as agrovilas<sup>7</sup>, aglomerados urbanos localizados fora dos lotes irrigados e, nos Projetos Específicos, as casas foram construídas dentro dos lotes.

Todavia, passados mais de 30 anos, os perímetros apresentam, hoje, uma série de transformações em relação às condições econômicas, sociais e de infraestrutura. Dentre os principais problemas e desafios encontrados nos perímetros, destacam-se as questões relacionadas à gestão dos perímetros, à manutenção da infraestrutura, à prestação de serviços públicos e o acesso à água (SIEGMUND-SCHULTZE et al., 2018).

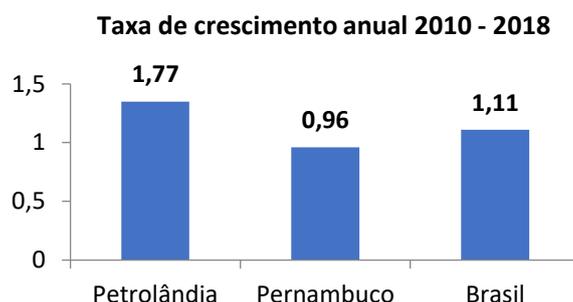
---

<sup>6</sup> Para fins de cadastro rural, o imóvel rural é o prédio rústico, de área contínua, formado de uma ou mais parcelas de terra, pertencentes a um mesmo proprietário, que seja ou possa ser utilizado em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, independentemente de sua localização.

<sup>7</sup> As agrovilas foram concebidas como núcleos urbanos, um aglomerado de casas reunidas em uma grande rua, onde foram implantados serviços e equipamentos públicos, em sua maioria, tipicamente urbanos.

Atualmente, a população dos perímetros não é mais composta apenas por reassentados. Novos moradores foram atraídos a partir da implantação dos equipamentos de irrigação nos anos 1990, mas, sobretudo, pelos usos gratuitos da água e da energia nos lotes irrigados. Segundo o censo de 2010, Petrolândia apresentava uma população de 32.492 habitantes e uma densidade demográfica de 30,75 hab/km<sup>2</sup>. E quando esse valor é comparado à estimativa de população do município para 2018, que era de 36.187 pessoas, identifica-se uma taxa de crescimento anual de 1,77%. Uma taxa superior à apresentada pelo Estado, que foi de 0,96% ao ano e superior também à taxa do país no mesmo período que foi de 1,11% ao ano (Figura 2).

Figura 2 – Comparação da taxa de crescimento anual da população 2010-2018



Fonte: IBGE, 2018  
Organizado pelos autores, 2019

Em 2010, Petrolândia apresentava uma taxa de urbanização de 72,7%, com 23.621 pessoas residindo no espaço urbano e 8.871 residindo no espaço rural. Essa predominância urbana, entretanto, é recente, pois foi só em 1996 que a população urbana superou em 60% a população rural.

Com relação à economia, em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) do município era de R\$ 897.996 milhões, ocupando 24ª posição no Estado, com uma participação de 0,54% no PIB de Pernambuco, e a primeira posição entre os municípios que integram a RD do Sertão de Itaparica. Quanto ao PIB per capita, isto é, à riqueza gerada em relação ao total de sua população, Petrolândia ocupava a 8ª posição entre os 185 municípios pernambucanos, com R\$ 25.132 mil no ano de 2015 (SANTOS, 2019).

No concernente à composição do PIB, o setor industrial se apresentava com 50%, seguido pelo setor de serviços com 44% e uma inexpressiva participação do setor agropecuário com apenas 5% do PIB. Destaque-se que, em razão da presença da hidrelétrica, a RD Itaparica é a única do Estado, cuja participação do setor industrial compreende uma participação tão expressiva. Petrolândia, em razão da localização da UHE Luiz Gonzaga no seu território, recebeu, em 2016, R\$ 1.290.924,03 de compensação financeira do setor elétrico pela utilização dos recursos hídricos, o que representava 0,14% do seu PIB (SANTOS, 2019).

Assim como o PIB, a distribuição dos postos de trabalho no mercado formal também apresenta uma tendência urbana, concentrando na cidade a maioria dos 4.418 empregados em 2016. A administração pública, com 1.568, responde pelo maior número de empregados, seguida pelo setor de serviços, com 1.450, e pelo comércio, com 1.073 empregos formais. A agropecuária responde por apenas 133 vagas de trabalho, o que, em parte, pode ser explicado pela forte presença da agricultura familiar nos perímetros (SANTOS, 2019).

No campo, a pluriatividade, isto é, o fenômeno de inserção de novas atividades econômicas, associadas às tradicionais atividades agropecuárias, intensificou-se com a implantação UHE Luiz Gonzaga. Oriundo de novas ruralidades exógenas, o pluralismo se integra a uma série de urbanidades no rural. Emergem, assim, em meio a um processo de revalorização do rural e da natureza, novas atividades econômicas no espaço rural do município.

O Lago de Itaparica vem sendo explorado, entre outras atividades, pela prática de mergulho esportivo, passeios de catamarã e pelo turismo de lazer na “Ilha de Rarrá”, uma grande porção de terra que emergiu em meio ao lago. Além dessas atividades, o turismo de natureza também explora as trilhas ecológicas em meio às paisagens sertanejas.

A despeito da forte tônica urbana caracterizar os dados econômicos de Petrolândia, faz-se necessário reafirmar o caráter híbrido do território petrolandense. A organização espacial do campo de Petrolândia se caracteriza pela coexistência de propriedades rurais tradicionais e modernos perímetros irrigados, casas dispersas e aglomerados urbanos e a tradicional agricultura e a agricultura científica.

A presença dessa moderna agricultura científica nos perímetros irrigados estabelece uma complexa e interdependente relação de suas atividades com a economia urbana. A cidade passa a fornecer produtos, serviços e mão-de-obra necessários ao desenvolvimento da moderna agricultura irrigada. Os perímetros irrigados, por sua vez, demandam insumos, maquinários, assistência técnica, serviços de manutenção, entre outros aspectos necessários à produção.

Nesse processo, a cidade se adapta para atender às novas demandas produtivas do campo, tornando-se responsável por uma série de novos produtos e serviços, que atraem um fluxo cada vez maior de pessoas. A influência desse campo moderno se faz sentir em Petrolândia, entre outros aspectos, no crescimento da população, na expansão do espaço urbano e, sobretudo, na existência de estabelecimentos comerciais voltados para os produtos do campo (Figura 3) (SANTOS; SOUZA; LIMA, 2016).

**Figura 3** – Estabelecimentos agropecuários na cidade de Petrolândia – 2014

<b>Estabelecimentos</b>	<b>Endereços</b>
Armazém Real	Rua Artur Vieira, Centro
AGROPEL	Rua Regente Feijó, Centro
Campos Soluções Agrícola	Rua Manoel Rodrigues de Almeida, Centro
Comercial Agropecuária Santos	Av. Marques de Olinda, Centro
Paulinelly Irrigações	Av. Manoel Borba, Centro

Fonte: Santos, Souza e Lima (2016)

As principais lavouras produzidas em Petrolândia, segundo o valor da produção, são o coco-da-baía, a melancia, a banana, a goiaba, a manga, e o tomate (IBGE, 2018). Todavia, considerando-se o modelo de exploração dos perímetros, centrado na agricultura familiar, cuja produção se destina para o mercado local e regional, a principal cultura de exportação dos perímetros é o coco-da-baía. Segundo Araújo e Gomes (2017), a cultura do coco estabelece relações, a partir dos perímetros, com

outros municípios, estados e países ao longo da estrutura da produção e comercialização da água de coco.

No tocante à pecuária, seguindo a tendência geral do estado de Pernambuco, o principal rebanho é o galináceo, seguido dos caprinos e os ovinos (IBGE, 2018). Quanto ao rebanho bovino, especificamente, que já apresentou o maior número de cabeças na região, atualmente ocupa apenas a quarta posição.

Outra atividade econômica presente no espaço rural de Petrolândia são os projetos de piscicultura implantados no Lago de Itaparica. Há, atualmente, 10 projetos de piscicultura em funcionamento e 06 (seis) em processo de implantação no município. Os piscicultores familiares estão organizados em associações e recebem apoio do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (ProRural). O Polo do São Francisco, nos lagos do Moxotó, Itaparica e Xingó, é o segundo maior polo de produção de tilápia do Brasil, produzindo aproximadamente 50 mil toneladas em 2017 (SANTOS, 2019).

Quanto às agrovilas, as mesmas representaram na época do reassentamento uma urbanização imposta aos agricultores realocados, cujos hábitos e costumes rurais foram negados e uma nova forma de morar lhes foi apresentada. Todavia, essas agrovilas apresentam, hoje, uma nova dinâmica, na qual antigos e novos moradores manifestam territorialidades híbridas adaptadas à própria essência dessa forma-conteúdo.

Nesse contexto, cresce nas agrovilas o número de estabelecimentos comerciais voltados tanto para o consumo imediato da população quanto para atender às demandas produtivas dos perímetros irrigados (Figuras 4 e 5). Diante dessa nova dinâmica, as agrovilas passaram a atrair um fluxo de pessoas em busca de oportunidades de emprego e renda, que antes procuravam a sede municipal. Várias agrovilas, sobretudo as 15 do perímetro Icó-Mandantes, já apresentam um processo de expansão de suas áreas e vivenciam, associado a isto, vários problemas tipicamente urbanos.

**Figura 4** – Comércio agropecuário na Agrovila 10 – Icó-Mandantes



Foto: Acervo dos autores, 2013

**Figura 5** – Comércio Agrovila 03 – Icó-Mandantes



Foto: Guilherme Araújo, 2015

No campo, a presença dessas urbanidades viabiliza e difunde valores, hábitos e costumes urbanos. É através da televisão e da internet, por exemplo, que as informações e, sobretudo, os padrões de consumo se difundem junto à população rural. Ao lado das tradicionais ruralidades, passam a coexistir novas ruralidades e urbanidades.

A paisagem rural petrolandense é marcada pela presença das antenas parabólicas, pelo uso de motocicletas, associadas às atividades rurais, pela emergência de comércios e serviços urbanos e, sobretudo, pelas novas tecnologias associadas à produção. Nesse contexto, impõe-se um conflito de gerações, haja vista que é crescente o número de jovens atraídos pelo modo de vida urbano e avesso ao tradicional trabalho no campo. Constitui-se, assim, um desafio ao modelo de agricultura familiar adotado nos perímetros irrigados.

No entanto, as tradicionais ruralidades resistem, mesmo incorporando valores urbanos. A festa do padroeiro São Francisco de Assis, entre os meses de setembro e outubro, por exemplo, para além das atividades religiosas, missas e novenas, incorporou os megashows de artistas regionais e nacionais, sendo vivenciada de diferentes formas pela população urbana e rural, a depender da idade e das vinculações religiosas.

Por outro lado, festejos tipicamente urbanos também passam a integrar o cotidiano da população, agregando valores rurais e urbanos, adaptando-os às particularidades e às singularidades de cada lugar. O carnaval fora de época de Petrolândia, o Petrofest, reúne no mês de maio aspectos do carnaval da Bahia, de Pernambuco, do sertanejo universitário e das *raves* de música eletrônica, atraindo os simpatizantes dos mais distintos ritmos.

Outro exemplo da presença dessas ruralidades e urbanidades é a feira-livre, que na velha Petrolândia ocorria no centro da cidade às sextas-feiras, um evento que mobilizava a população rural e urbana, uma atividade tradicional, essencialmente híbrida, pois movimenta a economia do campo e da cidade. Na nova Petrolândia, a feira ganhou um espaço próprio, assim como ocorre nos grandes centros urbanos, passando a funcionar no centro comercial, seguindo a lógica do planejamento urbano. Na feira, hoje, além dos tradicionais produtos hortifrutigranjeiros, é possível encontrar de tudo, inclusive os produtos eletroeletrônicos produzidos, em sua maioria, fora do país.

Outra situação híbrida, em que também se identifica novas ruralidades e urbanidades em Petrolândia, estabelece-se a partir do gradativo processo de substituição do conteúdo social do perímetro Apolônio Sales, o mais próximo da sede municipal e o único projeto onde os moradores residem no próprio lote. De maneira informal, esses lotes vêm sendo desmembrados e repassados para moradores oriundos do espaço urbano, que a partir de uma concepção bucólica, associam o campo à natureza e a um estilo de vida mais tranquilo e saudável. Surgem, assim, sítios e granjas “urbanas”, cujo uso não está mais associado à produção, mas à segunda e/ou primeira residência de cidadãos, isto é, pessoas com hábitos e costumes urbanos.

Petrolândia, hoje, apresenta uma realidade que, apesar de apresentar elevados valores de PIB e de um expressivo valor de compensação financeira, caracteriza-se por inúmeras desigualdades, sobretudo aquelas relacionadas à renda. Segundo os dados do IBGE de 2010, em Petrolândia 9.860 pessoas sobreviviam sem nenhum rendimento, 11.058 pessoas viviam com até um salário mínimo e apenas uma pequena elite auferia mais de 20 salários mínimos (IBGE, 2018). De acordo com o índice de GINI, o grau de concentração de renda no município, em 2010, era de 0,569, isto é, a participação dos 20% mais pobres no percentual da riqueza era de apenas 2,6%, ao passo que a participação dos 20% mais ricos era de 58,5%, ou seja, 22,5 vezes maior que a participação dos mais pobres na renda (SANTOS, 2019).

Diante do exposto, constata-se que o município de Petrolândia se caracteriza como um espaço híbrido, onde urbanidades e ruralidades coexistem de forma imbricada. Um município que,

apesar de apresentar uma significativa dinâmica urbana, expressa pelo fato da maior parte da sua população residir em espaços urbanos e, sobretudo, exercer atividades econômicas urbanas, mantém relações de interdependências e complementaridades entre a cidade e o campo, haja vista a forma como as demandas produtivas do espaço rural influenciam a economia urbana petrolandense.

## Considerações Finais

Na Região Semiárida, a inserção de grandes empreendimentos hidrelétricos transformou a organização socioespacial dos municípios, impondo-lhes uma nova dinâmica, ao diversificar os serviços urbanos e intensificar os fluxos de transporte e comunicações, reestruturando as interações dos espaços rurais com os espaços urbanos.

Petrolândia, hoje, passados mais de 30 anos, apresenta uma taxa de urbanização superior aos 70% e uma economia centrada, predominantemente, em atividades tipicamente urbanas, destacando-se o comércio, os serviços e a indústria, registrando-se a significativa participação dos *royalties* do setor elétrico. Seguindo essa tônica urbana, a maior parte dos postos de trabalho se concentra na administração pública, no comércio e nos serviços.

Todavia, apesar dessa aparente subordinação do rural pelo urbano, as relações campo-cidade em Petrolândia revelam uma hibridez, haja vista a existência de um significativo número de estabelecimentos comerciais de produtos agropecuários, seja na cidade ou nas agrovilas, voltados para as demandas do consumo produtivo no campo. Um espaço caracterizado por distintas realidades, onde a tradicional agricultura familiar de subsistência coexiste ao lado da moderna agricultura científica de exportação, muito embora o modelo socioeconômico predominante de exploração dos perímetros seja o da agricultura familiar.

Diante dessas novas dinâmicas socioespaciais emergem problemas e desafios: os relacionados à gestão e à expansão dos sistemas de irrigação, provocando conflitos entre reassentados, Chesf e CODEVASF; os associados à oferta e à manutenção dos serviços públicos, tais como o sistema de esgoto, a coleta de lixo, a mobilidade, a saúde e a educação; e os vinculados às questões ambientais relacionadas ao uso inadequado da água para a irrigação, ao descarte inadequado do lixo, ao despejo dos esgotos nos cursos d'água e ao uso e manuseio de agrotóxicos (SIEGMUND-SCHULTZE; KÖPPEL; SOBRAL, 2018).

Associado a isso, o município apresenta um significativo crescimento populacional e um processo de expansão da cidade e dos aglomerados urbanos nos perímetros, as agrovilas. O espaço urbano do município se expande para além do seu perímetro inicialmente planejado, surgindo novos bairros na periferia da cidade. No campo, as agrovilas também se expandem, os lotes irrigados têm as suas dimensões alteradas, alguns passam a ser ocupados com moradias e surgem novas áreas de irrigação irregulares.

As interações e complementaridades entre os espaços urbanos e rurais do município também se manifestam através do surgimento e expansão de novas atividades econômicas vinculadas, sobretudo, ao turismo rural, de natureza, de aventura e o de lazer. Além disso, cresce o número de atividades comerciais e de prestação de serviços nos núcleos urbanos dos perímetros irrigados, absorvendo um número cada vez maior de agricultores reassentados que têm nessas atividades um complemento à renda familiar.

A cidade de Petrolândia apresenta uma realidade urbana marcada pela intervenção do planejamento estatal e um intenso fluxo migratório que, ao longo do tempo, alterou os hábitos e

costumes da população petrolandense, agregando novas urbanidades e ruralidades ao cotidiano das pessoas, quer seja com a inserção de novos objetos técnicos e/ou novas relações cotidianas.

No campo, a inserção das agrovilas alterou as tradicionais ruralidades existentes. Esses aglomerados urbanos mudaram o cotidiano da maior parte da população reassentada, separando o local de produção agrícola do local de residência. Os reassentados tiveram que se adaptar a essas novas urbanidades, uma nova forma de morar. Novas atividades econômicas se juntaram à tradicional agropecuária, agregando uma pluriatividade ao cotidiano da população rural.

Diante disso, é possível afirmar que os grandes empreendimentos hidrelétricos transformaram a dinâmica socioterritorial do município de Petrolândia, tornando as relações campo-cidade mais complexas, com novas interdependências e complementaridades que se manifestam através de urbanidades e ruralidades. Reitera-se, assim, a importância do estudo das relações campo-cidade e rural-urbano para se apreender as novas dinâmicas socioterritoriais que caracterizam os municípios da Região Semiárida.

## Referências

- ARAÚJO, F. A. V. de; SOARES, B. R. (2009) Relação cidade-campo: desafios e perspectivas. *Campo-Território: revista de geografia agrária*. Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 201-229, fev. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11894>. Acesso em: 13 out. 2016.
- ARAÚJO, G. J. F.; GOMES, E. T. A. (2017) A contribuição da ecologia política e do sustainable livelihood approach nos estudos ambientais no meio rural do Brasil: um olhar sobre os reassentados de Petrolândia. *GEOgraphia*, Niterói – RJ, v. 19, n. 40, p. 123-137, maio/ago. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13804>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13804>. Acesso em: 11 out. 2018.
- BATISTA, E. E. (2015) Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas. *Revista NERA*. Presidente Prudente, ano 18, n. 29, pp. 101-132, jul.-dez. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3345>. Acesso em: 19 ago. 2016.
- BEZERRA, J. A.; SILVA, C. N. M. (2018) Entre o rural e o urbano interiorizado. *Mercator*, Fortaleza, v. 17, e17019, p. 1-13, out. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mercator/v17/1984-2201-mercator-17-e17019.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- BORTOLETO, E. M. (2001) A Implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. *Geografares*. Vitória, n. 2, p. 53-62, jun. Disponível em: <file:///C:/Users/clesa/Downloads/1140-Texto%20do%20artigo-1304-1-10-20110323.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. (2008) Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. *Campo-Território: revista de geografia agrária*. Uberlândia, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11839>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- CODEVASF (2010), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. *Sistema Itaparica*. 27/04/2010. Disponível em: [http://www2.codevasf.gov.br/programas\\_acoef/sistema-itaparica-1\\_](http://www2.codevasf.gov.br/programas_acoef/sistema-itaparica-1_) Acesso em: 26/09/2013.
- DORILEO, I. L. (2018) Grandes empreendimentos hidrelétricos e questões ambientais no Brasil. *E&S Engineering and Science*, v. 7, n. 1, p. 71-85, abr. DOI: <https://doi.org/10.18607/ES201875671>. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/eng/article/view/5671>. Acesso em: 14 set. 2018.
- IBGE (2018), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades.IBGE*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolandia/panorama>. Acesso em: 16/01/2018.
- LEFEBVRE, H. (2001) *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MACHADO, M. R. I. de; ALBUQUERQUE, M. Z. A. de. (2016) O desafio da atualização dos conceitos de rural e campo nos livros didáticos de geografia frente às dinâmicas atuais de transformação espacial. *Revista tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 12, n. 1, p. 114-129, jan./jun. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2016.22351>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/22351>. Acesso em: 14 maio 2018.
- MOREIRA SANTOS, E. V. (2017) Relação campo-cidade e as ruralidades nos assentamentos rurais em Campos dos Goytacazes, RJ. *Proyección*, v. XI, n. 22, edición especial, p. 54-88, dez. Disponível em: <https://bdigital.uncu.edu.ar/app/navegador/?idobjeto=12644>. Acesso em: 12 maio 2018.
- OLIVEIRA, J. F. B. de; SANTOS, C. C.; SOUZA, D. C. de. (2016) O papel dos sistemas de transportes na atual organização espacial do município de Petrolândia – PE. *Revista rural & urbano*, Recife, v. 01, n. 01, p. 104-112. Disponível em: <file:///C:/Users/clesa/Downloads/241012-140369-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

- RUA, J. (2005) A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. *Revista da ANPEGE*, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66. DOI: <https://doi.org/10.5418/RA2005.0202.0004>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6611>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- SANTOS, C. C. dos. (2019) *Transformações das relações rural-urbano desencadeadas por grandes empreendimentos hidrelétricos: reflexões a partir de Petrolândia - PE*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 270.
- SANTOS, C. C.; SOUZA, D. C. de; LIMA, F. G. de. (2016) Configuração territorial e dinâmica sócio-espacial do processo de urbanização da cidade de Petrolândia – PE. *Revista Diálogos*, Garanhuns, n. 15, p. 64-73, mar./abr. DOI: 10.13115/2236-1499. Disponível em: [https://www.revistadiologos.com.br/Dialogos\\_15/Dial\\_15\\_Clelio\\_Diana\\_Fco.pdf](https://www.revistadiologos.com.br/Dialogos_15/Dial_15_Clelio_Diana_Fco.pdf). Acesso em: 10 mar. 2017.
- SANTOS, M. (2009) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: EDUSP.
- SCOTT, P. (2009) *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- SIEGMUND-SCHULTZE, M.; SOBRAL, M. do C.; MORAES, M. M. G. A. de. et al. (2018) The legacy of large dams and their effects on the water-land nexus. *Regional Environmental Change*, n. 18, p. 1883–1888, ago DOI: <https://doi.org/10.1007/s10113-018-1414-7>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10113-018-1414-7>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- SIEGMUND-SCHULTZE, M.; KÖPPEL, J.; SOBRAL, M. do C. (2018) Unraveling the water and land nexus through inter- and transdisciplinary research: sustainable land management in a semi-arid watershed in Brazil's Northeast. *Regional Environmental Change*, n. 18, p. 2005-2017, out. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10113-018-1302-1>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10113-018-1302-1>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- SILVA, R. G. S.; SILVA, V. de P. da. (2011) Grandes projetos de investimento e seus efeitos socioespaciais no território: transformações na identidade dos atingidos do assentamento Olhos D'água em Uberlândia (MG). *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, n. 47E, XIII EGAL, Costa Rica, p. 1-13, II semestre. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2596>. Acesso em: 20 set. 2016.
- SOUZA, S. T.; SANTOS, J. R. D. dos; LEAL, V. A. S.; ROCHA, F. C. B. A (2017) Reafirmação da dialética campo-cidade na produção do espaço: uma leitura dos conceitos a partir da realidade concreta. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, Uberlândia, v. 12, n. 26, p. 70-93, abr. DOI: 10.14393/RCT122604. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/38063/22278>. Acesso em: 18 maio 2018.